

Bernardo Cerdeira

CONSELHOS POPULARES E ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

**TIMÓTEO, UM
ESTUDO DE CASO**



Bernardo Cerdeira

CONSELHOS POPULARES E ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS

**TIMÓTEO, UM
ESTUDO DE CASO**

EDITORA
sundermann 

São Paulo, outubro de 2020

© 2020, Editora Sundermann

*A editora autoriza a reprodução de partes desta cartilha
para divulgação eletrônica, desde que mencionada a fonte.*

Conselho Editorial

Helena Fontana

João Ricardo Soares

Jorge Breogan

Projeto gráfico, capa e diagramação

Luciano Lasp

Revisão

Luciana Candido

Edição

Jorge Breogan

*Capa adaptação da Ilustração da cartilha -
Vamos Governar Timóteo com o Conselho Popular! 1988.*

Editora José Luís e Rosa Sundermann

Avenida Nove de Julho, 925 – Bela Vista – São Paulo – SP

CEP 01313-000 – Brasil - 55 11 4304-5801

vendas@editorasundermann.com.

www.editorasundermann.com.br

Sumário

Introdução.....	5
A luta de classes e as eleições municipais de 1988	7
A polêmica com a direção do PT	9
As condições definidas pela Internacional Comunista.....	15
O Conselho Popular de Timóteo.....	17
Fundação e atuação do Conselho popular.....	23
Crise e ruptura da administração municipal e o fim do Conselho Popular.....	25
As limitações do Conselho Popular de Timóteo	27
Algumas conclusões gerais	29

Apêndice

Cartilha - Vamos Governar Timóteo com o Conselho Popular!.....	35
---	----

Introdução

A organização da classe trabalhadora é uma das questões decisivas da atual época de guerras, crises econômicas e revoluções. Desde a Comuna de Paris e, principalmente, das duas revoluções russas (1905 e 1917), a questão dos soviets, conselhos operários, conselhos populares e outros organismos de luta e poder esteve presente em várias revoluções e situações revolucionárias.

Nos tempos atuais, em todas as lutas importantes, os ativistas também encontram a necessidade de construir ou de elaborar políticas para o surgimento de organismos criados na própria luta que, em nível local ou setorial, assumem aspectos de controle popular. Isso acontece nas ocupações de terras, terrenos urbanos e escolas, na formação de comitês de fábrica e na recente organização de comunidades pobres durante a pandemia da COVID-19.

Neste texto, vamos transmitir uma experiência histórica sobre um tipo específico de organização de conselhos populares, impulsionado em 1989 pela administração municipal da cidade de Timóteo, em Minas Gerais. Em sua construção e atuação, esse conselho foi dirigido por uma organização revolucionária trotskista, a Convergência Socialista (CS), na época uma corrente interna do Partido dos Trabalhadores (PT).

Este breve trabalho também é uma tentativa de sistematizar os poucos textos da III e da IV Internacional sobre o tema ao mesmo tempo em que procura relatar e sistematizar a experiência da Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI). Não se trata, porém, de um texto apenas teórico, já que o autor, junto com outros militantes, da CS, foi assessor da prefeitura de Timóteo naquela gestão e um dos coordenadores do Conselho Popular de Timóteo.

Apesar assinalarmos que essa foi uma experiência com características particulares que serão explicadas mais adiante, é importante frisar os aspectos gerais que são comuns a organizações desse tipo.

1. São órgãos de mobilização e luta dos trabalhadores e dos setores populares em defesa de suas reivindicações.
2. A eleição dos representantes é feita de forma democrática em assembleias de base, e estas podem substituir os eleitos a qualquer momento (revogabilidade de mandatos).
3. São organismos da classe trabalhadora e dos setores populares que, para cumprir seus fins, devem ser expressão da independência de classe, isto é, não devem admitir a participação de partidos burgueses, grandes empresários ou políticos que os representem.
4. De acordo com a correlação de forças, nacional e local, podem assumir tarefas que corresponderiam ao aparato do Estado por fora deste.

Como esperamos demonstrar no decorrer do texto, essas características estiveram presentes no Conselho Popular de Timóteo.

Bernardo Cerdeira
São Paulo, 20 de Agosto de 2020

A luta de classes e as eleições municipais de 1988

Nosso objetivo geral nestas linhas é extrair algumas lições dessa experiência, lições que os revolucionários devem levar em conta para construir organismos desse tipo e para intervir nas administrações municipais caso venham a conquistá-las em eleições.

Antes de entrar no caso do conselho popular é preciso explicar de forma breve as circunstâncias da luta de classes que permitiram que o PT, dirigido pela Convergência Socialista em Timóteo, conquistasse a prefeitura nas eleições municipais de 1988.

A Convergência Socialista era uma organização trotskista ligada à LIT-QI, dirigida pelo argentino Nahuel Moreno. Naquela época, nossa organização era uma tendência do Partido dos Trabalhadores que aparecia em público de forma independente. Ou seja, a tradição do PT admitia a existência de tendências no interior do partido, e a CS se organizava de forma pública com jornal, sedes e finanças próprias. Sua localização política era de oposição à Articulação, corrente majoritária que dirigia o partido.

No fim da década de 1980, a situação política nacional estava marcada pelo último um ano e meio do débil governo de José Sarney, primeiro governo civil depois da queda da ditadura. A situação da luta de classes se tornava cada vez mais aguda. Como pano de fundo, estava o problema da crescente dívida externa e uma inflação que – inacreditavelmente – chegaria a **84,3% ao mês em março de 1990**.¹

¹ <https://atlas.fgv.br/marcos/governo-jose-sarney-1985-1990/mapas/inflacao-do-governo-sarney-mes-mes>

A classe trabalhadora respondia com uma crescente onda de greves para tentar recuperar, pelo menos de forma parcial, o poder aquisitivo de seus salários. Em 1988, às vésperas das eleições municipais, essa onda culminou com a greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) de Volta Redonda, maior fábrica do país na época. A fábrica foi ocupada pelos operários em clima de grande combatividade e radicalização. Tropas do Exército invadiram as instalações da empresa e assassinaram três operários a mando do governo, provocando grande repúdio da opinião pública.

Nesse quadro de polarização da luta de classes aconteceram as eleições municipais de novembro de 1988. O PT conseguiu um importante avanço ganhando várias prefeituras, entre as quais a de São Paulo, principal cidade do país. Nessa conjuntura, a CS elegeu vereadores em São José dos Campos, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Contagem, Passo Fundo, Diadema, Belém e um suplente em São Paulo que depois chegou a substituir o titular.

Em Minas Gerais, o PT ganhou, entre outras, as prefeituras de Ipatinga e Timóteo, cidades situadas no chamado Vale do Aço. Em Ipatinga, o PT elegeu o candidato Chico Ferramenta, antigo dirigente da oposição à diretoria do Sindicato de Metalúrgicos de Ipatinga, e em Timóteo elegeu Geraldo Nascimento, advogado que tinha sido ligado à Igreja e era militante da CS havia cerca de dois anos.

O Vale do Aço é uma zona urbana de aproximadamente 450 mil habitantes formada por quatro municípios: Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano e Santana do Paraíso. Ipatinga, o maior deles, abriga a Usiminas, maior siderúrgica do país em produção de aço. Essa região se liga ao quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, cujo centro da exploração mineral é a cidade de Itabira.

Timóteo tinha cerca de 60 mil habitantes na época (hoje são 80 mil) e abrigava a siderúrgica Acesita (hoje Aperam South America), única produtora de aços inoxidáveis de toda a América Latina, que empregava cerca de sete mil operários.

Nessa situação da luta de classes, em que o PT começava a ganhar um peso no aparato do Estado burguês, surgiu uma polêmica interna no partido que teria importância fundamental nas décadas seguintes.

A polêmica com a direção do PT

Qual era a luta política travada no interior do PT naquela época?

Como já mencionamos, a estratégia defendida pela CS era oposta à política da Articulação, corrente majoritária que havia ganhado na maioria absoluta das prefeituras conquistadas pelo partido. A CS defendia que as prefeituras administradas pelo PT tinham de governar para os trabalhadores e para o povo pobre, apoiando-se em conselhos populares.

Nos primeiros anos da formação do partido, essa não era uma proposta exclusiva da CS. A formação de conselhos populares era uma proposta comum a todas as correntes e fazia parte de quase todas as teses políticas apresentadas em seus encontros. O plano de ação política e organizativa do PT, um documento apresentado pela Articulação e aprovado no Encontro Nacional de 1986, defendia:

A plataforma de governo do PT para os governos estaduais deve, assim, estar assentada nas reivindicações e aspirações democrático-populares e ser um instrumento que contribua para mobilizar e organizar os trabalhadores e o povo na luta. Isso implica que a própria plataforma sirva de mobilizadora popular para **a formação de conselhos populares que controlem a administração. Conselhos que tenham por base as entidades operárias, populares e democráticas já existentes.**

No entanto, quando o PT começou a ganhar prefeituras, ou seja, a administrar partes do Estado burguês, sua direção abandonou os conselhos. Em vez disso, adotou uma estratégia de integração e de respeito às normas e às

instituições do Estado, fugindo de qualquer iniciativa que pudesse contrapor-se a ele ou enfraquecê-lo.

Ao tomar posse nas prefeituras, a Articulação declarou que **“governaria para todos”**, o que significa governar para a burguesia também. Seu objetivo era administrar o Estado burguês melhor que a própria burguesia, realizando apenas pequenas reformas populares. Chamou essa política de “modo petista de governar”.

Essa estratégia incluía a tentativa de estabelecer uma “convivência pacífica” das administrações municipais petistas com o governo nacional, tentando eliminar ou minorar suas contradições. Por isso, passaram a se contrapor a qualquer instituição que tivesse alguma característica de auto-organização independente dos trabalhadores, dos setores populares ou até mesmo um caráter democrático de massas que pudesse exercer alguma possível pressão ou influência sobre as administrações controladas por eles. Por consequência, abandonou-se qualquer intento de formar Conselhos Populares. Na adoção dessa estratégia, contaram com o acordo das diversas correntes da esquerda do PT.

No entanto, houve uma iniciativa que contribuiu para mascarar essa estratégia. Foi a criação do Orçamento Participativo pela Articulação em algumas prefeituras. Essa proposta foi difundida em nível internacional como exemplo de participação popular. Na prefeitura de Porto Alegre, por exemplo, onde essa iniciativa foi posta em prática, gerou-se grande expectativa entre a população e uma vontade de participação efetiva demonstrada em grandes assembleias com centenas de pessoas para discutir o orçamento.

O orçamento participativo, contudo, trazia em si uma grande contradição. Por um lado, era uma demonstração inquestionável de que havia um grande espaço para uma política das prefeituras petistas que estimulasse a auto-organização democrática dos trabalhadores. Além disso, mostrou que a população organizada tem melhores condições que a Câmara de Vereadores para planejar, resolver, atender e controlar decisões sobre suas necessidades.

A grande contradição é que o orçamento participativo, ao contrário da proposta de conselhos populares, era uma política que limitava a participação popular e a subordinava ao Estado burguês. Na verdade, por trás de sua aparência democrática e participativa, este organismo não tinha nenhum

poder resolutivo sobre as principais decisões políticas das administrações municipais petistas. Estava limitado a discutir iniciativas sobre 10% do orçamento municipal.

Levando às últimas consequências seu empenho para fortalecer o caráter burguês das instituições que governava, a Articulação defendia a autonomia dos prefeitos em relação ao partido, tanto para escolher seus secretários quanto para tomar as principais decisões. Isso só reforçava o caráter centralizador, autoritário e burguês destas instituições.

A estratégia de se integrar totalmente ao aparato do Estado burguês e governar segundo sua lógica e suas regras foi moldada no fim da década de 1980. A partir daí, foi a linha-mestra da política do PT, que culminou nos 13 anos dos governos burgueses de colaboração de classes de Lula e Dilma.

Havia outra estratégia possível que se baseava na independência da classe operária, na luta contra o Estado burguês e na organização democrática para a luta dos trabalhadores. Essa estratégia, defendida pela CS, estava baseada nas posições revolucionárias definidas nos quatro primeiros congressos da III Internacional.

Qual foi a política da CS?

Nossa primeira definição foi participar das eleições com um candidato a prefeito e um programa que defendia como principal proposta a formação de um conselho popular para gerir a administração municipal. Depois, quando ganhamos a eleição, adotamos uma estratégia de classe: governar para os trabalhadores e os setores populares. Por fim, mandamos militantes experientes para ajudar a administrar a prefeitura e, para isso, fortalecer e construir a própria organização revolucionária, ou seja, a Convergência Socialista.

Antes de analisar os resultados dessa política, queremos abordar uma questão prévia que pode ser uma dúvida legítima: é correto que os revolucionários, caso ganhem eleições para prefeituras, assumam e participem de administrações municipais que são parte de um Estado burguês? Se chegamos à conclusão que a resposta para essa pergunta deve ser afirmativa, quais seriam as condições e os critérios gerais para que uma organização revolucionária administre prefeituras?

Naquela época (e isso não mudou), havia poucas referências históricas e elaborações anteriores sobre esse assunto. Buscamos textos que trouxessem elaborações teóricas, programáticas ou políticas das diferentes Internacionais sobre essa questão, mas só encontramos dois materiais sobre o tema: uma referência numa

resolução do Segundo Congresso da III Internacional (“O Partido Comunista e o parlamentarismo”) e um texto de Trotsky sobre a participação dos revolucionários na administração das indústrias nacionalizadas no México. Infelizmente, porém, são orientações nítidas o suficiente para definir princípios gerais e bases políticas para uma gestão revolucionária de prefeituras.

A posição dos revolucionários sobre as administrações municipais

Primeiro, sobre a participação dos revolucionários em prefeituras, é preciso deixar explícita uma definição elementar: o fato de os revolucionários passarem a dirigir uma prefeitura não muda o caráter burguês dessa instituição. Prefeituras são parte de um todo: o Estado nacional dirigido pela burguesia.

O governo **municipal** de um partido revolucionário não pode constituir um miniestado operário dentro de um Estado **nacional** burguês e hostil. Além disso, é obviamente impossível mudar o caráter de instituições burguesas, muito menos por meio de eleições ou de reformas. Isso quer dizer que, nesse caso, os revolucionários enfrentarão todas as dificuldades que implica atuar no campo do inimigo de classe.

No entanto, tanto a III Internacional quanto Trotsky assinalavam o caráter progressivo da conquista destas administrações pelos revolucionários, a possibilidade e a necessidade de ter uma política de princípios para elas.

Num artigo sobre a participação dos sindicatos nas indústrias nacionalizadas do México, Trotsky fazia um paralelo entre essa situação e a participação dos comunistas em administrações municipais quando estes as conquistavam pelo voto. Ao mesmo tempo, ressaltava que a conquista e a participação dos revolucionários nesses governos municipais não tinham nada a ver com a participação dos partidos oportunistas em governos burgueses de colaboração de classes, a chamada Frente Popular:

Seria inexato identificar a participação operária na administração da indústria nacionalizada com a participação dos socialistas em um governo burguês (o que se chama “ministério”). Todos os membros de um governo estão ligados por laços de solidariedade. Um partido com representação no governo é responsável pela política do governo em seu conjunto. A participação no manejo de um determinado setor da indústria oferece, em troca, uma ampla oportunidade de oposição política. No caso que os representantes operários estejam em minoria na administração, têm todas as oportunidades para proclamar e publicar suas propostas rechaçadas pela maioria, colocá-las para o conhecimento dos trabalhadores etc.

A participação dos sindicatos na administração da indústria nacionalizada pode ser comparada com a dos socialistas nos governos municipais, onde ganham às vezes a maioria e estão obrigados a dirigir uma importante economia urbana, enquanto a burguesia continua dominando o Estado e seguem vigentes as leis burguesas de propriedade. Na Municipalidade, os reformistas se adaptam passivamente ao regime burguês. No mesmo terreno, os revolucionários fazem tudo o que podem no interesse dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ensinam-lhes a cada passo que, sem a conquista do poder do Estado, a política municipal é impotente.

A diferença é, sem dúvida, que no governo municipal os trabalhadores ganham certas posições por meio de eleições democráticas, enquanto que na esfera da indústria nacionalizada o próprio governo os convida a assumir determinados postos. Mas esta diferença tem um caráter puramente formal. Em ambos os casos, a burguesia se vê obrigada a conceder aos trabalhadores certas esferas de atividade. Os trabalhadores as utilizam a favor de seus próprios interesses.²

² TROTSKY, Leon. "A indústria nacionalizada e a administração operária". Em: Escritos. Bogotá: Editorial Pluma, Tomo X, vol. 2, 1979, pp. 484-485.

As condições definidas pela Internacional Comunista

A Internacional Comunista – a III Internacional – avançou no sentido de precisar algumas orientações gerais para a atuação dos comunistas quando conquistam governos municipais. Na resolução “O Partido Comunista e o parlamentarismo”, aprovada no Segundo Congresso, em 1920, o item 13 está dedicado ao tema:

Os comunistas, ao obterem a maioria nas municipalidades, devem:

- a) formar uma oposição revolucionária em relação ao poder central da burguesia;
- b) se esforçar por todos os meios para servir à parcela mais pobre da população (medidas econômicas, criação ou tentativa de criação de uma milícia operária armada etc.);
- c) denunciar a todo momento os obstáculos impostos pelo Estado burguês contra toda reforma radical;
- d) desenvolver sobre esta base uma propaganda revolucionária enérgica sem temer o conflito com o poder burguês;
- e) substituir, em certas circunstâncias, as municipalidades por Sovietes de deputados operários.

Toda a ação dos comunistas nas municipalidades deve se integrar no trabalho geral de desagregação do sistema capitalista.³

³ Em: “III Internacional Comunista, manifestos, teses e resoluções do II Congresso”. Brasil Debates Editora, vol. 2, 1989, p. 113.

Que lineamentos gerais estratégicos podemos deduzir dessas curtas, mas muito óbvias, linhas da resolução da III Internacional?

Em primeiro lugar, que um governo municipal dirigido pelos comunistas deve caracterizar-se **por sua oposição revolucionária ao governo nacional**, denunciando os obstáculos que este coloca a qualquer reforma radical e desenvolvendo uma propaganda revolucionária sem temer o conflito com o Estado burguês.

Em segundo lugar, que essa administração comunista deve estimular os organismos democráticos de massas e, se possível, substituir as municipalidades (Câmaras municipais) por conselhos de trabalhadores ou populares.

Em terceiro lugar e por fim, que a administração comunista deve tentar o máximo possível tomar medidas para beneficiar a população mais pobre, isto é, esforçar-se para aplicar reformas radicais **para os trabalhadores e o povo pobre, rechaçando qualquer política de “governar para todos”** como pregam os reformistas de todo tipo, a exemplo do PT.

Essas orientações gerais se enquadram numa estratégia mais ampla de buscar a “desagregação do sistema capitalista”. Em que consistiria essa estratégia? Em buscar desgastar o Estado burguês nacional e aprofundar suas crises, procurando desmascará-lo diante das massas populares. Isso implica uma política de confronto do governo municipal com o Estado nacional, rejeitando a via fácil da realização de uma administração municipal bem-sucedida segundo os padrões burgueses vigentes.

Vamos, então, analisar o exemplo de administração municipal de Timóteo, dirigida pela CS, que se baseou na estratégia, na orientação e nos critérios da III Internacional adaptando-os às realidades do país, do estado e da cidade. Tomando essas orientações como ponto de partida, é preciso explicar quais foram os eixos de programa e de atuação de nossa organização na prefeitura, o que foi aplicado e de que maneira.

O Conselho Popular de Timóteo

Construir um conselho popular foi nossa principal política de atuação desde os primeiros dias do governo municipal. O objetivo da CS não era construir um organismo de duplo poder, porque isso não condizia com a situação da luta de classes no país. No entanto, era possível construir uma organização representativa que agrupasse sindicatos, centros acadêmicos estudantis e organizações populares de bairro que reunissem os melhores ativistas da cidade.

O Conselho Popular de Timóteo foi concebido pela CS como uma organização de massas da cidade, independente da burguesia e dos patrões. Ou seja, não deveria admitir nem empresários nem entidades burguesas em seu interior.

O conselho deveria ser uma entidade democrática formada por delegados eleitos em assembleias dos sindicatos, entidades estudantis e assembleias de bairros populares de acordo com o número de participantes das mesmas. Os delegados poderiam ter o seu mandato revogado a qualquer momento por decisão das mesmas assembleias.

A proposta da CS era que o Conselho Popular deveria ser soberano e que a administração se comprometia a se submeter às suas decisões. Por outro lado, esse organismo teria como objetivo apoiar, refletir e estimular as mobilizações operárias e populares.

O Conselho Popular foi defendido durante a campanha eleitoral. Nos primeiros dias de governo, a nova administração municipal realizou uma ampla campanha de informação sobre o caráter e a forma de organização que o Conselho Popular deveria assumir.

Logo após a posse do novo governo municipal de Timóteo, a administração começou um amplo trabalho de agitação em toda a população trabalhadora e pobre da cidade com panfletos e uma cartilha em quadrinhos que explicavam o que era o Conselho Popular e quais atribuições ele deveria assumir.

Na cartilha na qual se desenvolvia a proposta da administração municipal, constava a seguinte declaração de propósitos e princípios:

Objetivos do Conselho Popular:

O Conselho será um instrumento de defesa dos interesses da população. Será a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores e neste sentido será um organismo que permitirá a participação direta do povo nas decisões da administração petista.

Conselho Popular: um instrumento de luta

O Conselho será uma entidade de mobilização dos trabalhadores e do povo em defesa das suas reivindicações e contra seus inimigos.

Um Conselho deliberativo

Na administração petista o Conselho decide e faz valer a sua vontade (que é a do povo) sobre a própria administração e outros órgãos.

Participam entidades dos trabalhadores e organizações populares em geral

Do Conselho participarão todas as Entidades do Movimento Popular e Sindical do Município, ou seja, as entidades classistas que representam o povo trabalhador de Timóteo, tais como Associações de Bairro, Sindicatos, Clubes de Mães etc.

Fortalecer as entidades existentes

O Conselho será baseado nas entidades populares que já estão funcionando e que têm destacada atuação no Movimento Popular e Sindical do Município.

Conselheiros Eleitos pela Base

Todos os membros do Conselho serão eleitos diretamente pela base em Assembleias Populares das entidades que o compõem (Associações de Bairro, Sindicatos etc.).

Mandato revogável

Todos os conselheiros poderão ser substituídos pela comunidade a qualquer momento se não estiverem desempenhando suas funções a contento. Essa substituição se dará da mesma forma que a eleição do conselheiro, isto é, por meio da Assembleia Popular que o elegeu.⁴

⁴Extraído da cartilha “Vamos governar Timóteo com o Conselho Popular”.

Na mesma proposta, a administração fazia um aceno tático à Câmara de Vereadores para tentar uma convivência pacífica temporária que permitisse a consolidação do Conselho Popular. Declarava que o Conselho Popular faria um “trabalho integrado com a Câmara de Vereadores e a administração funcionando como um canal de ligação direta entre a comunidade, os vereadores e o prefeito Geraldo Nascimento”.

Essa declaração de intenções pouco adiantou. Desde o início, a maioria dos vereadores, que era de partidos da direita, viu o Conselho Popular como um competidor das suas atribuições e uma tentativa da administração de governar em ligação direta com representantes dos trabalhadores e do povo, ignorando ou passando por cima da Câmara.

Tal interpretação, diga-se de passagem, era correta em sua essência. A Câmara de Vereadores era e é, tanto em Timóteo quanto em qualquer lugar, uma instituição burguesa, um verdadeiro balcão de negócios e, portanto, só podia ver no Conselho Popular classista, que a administração procurava fundar e construir, um inimigo de classe.

Por isso, desde o primeiro momento, a maioria dos vereadores teve uma atitude de desconfiança e depois de aberta hostilidade ao Conselho Popular e à administração.

Primeiras ações da administração municipal

Ao mesmo tempo em que lançava a campanha e tomava iniciativas para construir o Conselho Popular, a nova administração municipal começou a “se esforçar por todos os meios para servir à parcela mais pobre da população”, elaborando, por exemplo, um plano de obras públicas, que começava pela formação de um cadastro de desempregados e o apoio à retomada da construção de moradias populares para as famílias mais pobres pelo sistema de mutirão em terreno doado pela Prefeitura.

Além disso, numa importante decisão democrática e de gestão para o setor da Educação, a administração promoveu a eleição direta dos diretores de escolas municipais pelos professores e pela comunidade escolar.

A política de oposição do governo municipal ao governo nacional

Outro eixo político da CS no governo, seguindo uma das orientações centrais da III Internacional, foi a realização de uma agitação geral contra o governo nacional. O primeiro fato que permitiu uma ação desse tipo foi a greve geral de dois dias, em março de 1989, contra o governo Sarney.

Essa mobilização foi motivada principalmente pelos altos índices de inflação que atacavam diretamente os salários e o nível de vida dos trabalhadores. A prefeitura apoiou publicamente a greve geral e denunciou o governo nacional por não tomar medidas que evitassem que os custos da inflação caíssem sobre as costas da classe trabalhadora.

Outro eixo importante foi a posição da administração contrária à privatização da Acesita, cogitada pelo governo nacional. Na cartilha sobre o Conselho Popular, a nova administração municipal afirmava:

O Governo Federal está pretendendo privatizar a Companhia Acesita como parte do seu plano de entrega do nosso país às multinacionais para pagar a dívida externa.

Se a privatização acontecer vai haver muito desemprego, os salários serão desvalorizados ainda mais, serão anuladas as conquistas dos trabalhadores e isso tem que ver com toda a cidade.

A luta contra a privatização da Companhia Acesita é uma luta de todo o povo de Timóteo!

Será uma importante tarefa do Conselho Popular mobilizar todos os trabalhadores e o povo em geral para lutar contra a privatização da Companhia Acesita.⁵

Essa campanha se concretizou pouco depois numa das principais ações do Conselho Popular.

O apoio e o estímulo da Prefeitura de Timóteo às lutas populares

Outro eixo político fundamental da administração foi o apoio e o estímulo à luta. Entre as mobilizações operárias e populares que se deram nesse período, a mais importante foi a greve dos 7.000 metalúrgicos da Acesita que durou vários dias.

O governo municipal declarou seu apoio incondicional aos operários. O prefeito e seus secretários estiveram presentes em todas as assembleias dos trabalhadores para oferecer apoio político à sua luta e se colocar à disposição dos grevistas.

A administração cercou a principal praça da cidade, colocou arquibancadas da prefeitura, que haviam sido emprestadas a clubes burgueses, para que os

⁵ Extraído da cartilha “Vamos governar Timóteo com o Conselho Popular”.

trabalhadores pudessem assistir às assembleias e ergueu tendas para a organização dos grevistas. A praça foi logo batizada pelos trabalhadores como “o grevódromo”. A administração solicitou aos comerciantes da cidade que abrissem crédito para os metalúrgicos enquanto durasse a greve.

Da mesma forma, durante a greve dos rodoviários do Vale do Aço, o prefeito e seus secretários levaram seu apoio e sua solidariedade aos trabalhadores e se colocaram à disposição dos grevistas. A administração também ameaçou a empresa de transportes com a ruptura do contrato de concessão e a abertura de licitação para chamar outras empresas caso a concessionária não atendesse as reivindicações dos trabalhadores.

Essa política não se limitou ao apoio às lutas do município ou da região. Também se apoiou a greve dos metalúrgicos da Mannesmann, que foi ocupada pelos trabalhadores durante vários dias. A administração municipal de Timóteo enviou um caminhão de alimentos para o fundo de greve, e o prefeito, seus secretários e seus assessores foram a Belo Horizonte para levar diretamente seu apoio. Da mesma forma, a Secretaria Municipal de Educação apoiou a campanha salarial dos professores da rede pública estadual, participando de suas assembleias.

Fundação e atuação do Conselho Popular

Finalmente foi convocado, de comum acordo entre a administração e os sindicatos de metalúrgicos, comerciários e professores, um Congresso Popular a se realizar em abril de 1989 com o objetivo de fundar o Conselho Popular de Timóteo e discutir seus estatutos.

O período de convocatória do congresso foi um período rico de organização da vanguarda da cidade. Foram realizadas 32 assembleias, que reuniram mais de 3.000 pessoas. Essas assembleias elegeram delegados que representavam os sindicatos mencionados acima, entidades estudantis e culturais e representantes de 32 bairros.

Em abril de 1989, aconteceu o congresso, que reuniu cerca de 250 delegados e decidiu pela criação do Conselho Popular de Timóteo. O congresso foi um acontecimento importante para a cidade. Reuniu dirigentes sindicais, políticos representantes dos trabalhadores, convidados do estado de Minas e inclusive de outros estados.

O congresso também discutiu em grupos de trabalho e votou o estatuto e a composição permanente do Plenário do Conselho, fixando o número de delegados por instituição (sindicatos ou organizações populares). Em seus quase quatro meses de vida (de abril a julho), o conselho teve uma atuação importante na vida da cidade, principalmente para sua população trabalhadora, e da administração.

O primeiro fato foi a luta contra o reajuste das tarifas do transporte urbano municipal. Quando o novo governo municipal assumiu seu mandato, o transporte urbano estava entregue a uma empresa de ônibus que detinha um contrato de concessão com validade de muitos anos. O país vivia um processo inflacionário galopante, cujos índices chegaram a 70% ao mês em 1989. Evidentemente, a concessionária pressionava pelo reajuste do preço da tarifa.

O Conselho Popular decidiu congelar as tarifas, numa medida que visava defender a situação econômica da maioria da população. Tal como havia prometido, a administração acatou a medida e a impôs para a empresa concessionária do transporte municipal. Essa medida vigorou enquanto o Conselho Popular existiu.

Outra atuação importante do conselho se deu diante das ameaças de privatização da Acesita, a principal indústria da cidade. O conselho aprovou uma resolução defendendo o caráter estatal da empresa e desencadeou, junto com a Prefeitura, uma campanha contra as ameaças de privatização por parte do governo nacional. Essa campanha culminou num ato em defesa da Acesita que contou com a presença de deputados federais, do prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta, de sindicalistas e de artistas.

Crise e ruptura da administração municipal e o fim do Conselho Popular

No entanto, por mais positiva que tenha sido essa experiência, a realidade demonstrou que o partido revolucionário era muito débil para resistir às pressões da burguesia numa situação da luta de classes na qual não havia uma pressão revolucionária das massas. Nesse contexto, ganhavam um grande peso as características próprias de um governo municipal burguês no Brasil, no qual o prefeito tem o papel central do Executivo. Até então, a atuação do prefeito tinha sido decisiva para colocar em prática a política da CS.

Todas as instituições da cidade (a Câmara de Vereadores, a direção da empresa metalúrgica estatal, Acesita, os partidos políticos e a própria direção e as correntes do PT) eram obviamente inimigas da organização revolucionária e pressionavam o prefeito. Por outro lado, a CS era pouco numerosa no município, e a maior parte dos seus quadros tinha vindo de outras regiões do país depois da vitória na eleição.

Aos poucos, o prefeito foi sendo pressionado pela burguesia local, pela Câmara de Vereadores e pelas outras correntes do PT para adotar uma política de adaptação ao Estado burguês.

A situação chegou ao ápice quando os trabalhadores municipais entraram em greve por aumento de salários. No início, o prefeito e a administração negociaram com os trabalhadores, mas o prefeito estava contra atender as reivindicações, alegando que não havia chegado ainda a data-base da categoria e que não havia recursos orçamentários para tanto. Além disso, saiu denunciando que os trabalhadores eram manipulados por vereadores dos partidos de direita locais. Por fim, decidiu interromper as negociações e descontar os dias parados do salário dos trabalhadores.

A CS, em decisão coletiva, considerou que a greve era justa. Os trabalhadores, que enfrentavam uma inflação galopante, não podiam esperar meses por sua data-base e estavam fazendo greves por reajuste de salário em todo o país. Não era aceitável o argumento de que os trabalhadores eram manipulados por vereadores de direita. Mesmo que isso fosse verdade, era preciso separar a justa reivindicação da categoria das suas direções oportunistas. Por fim, defendíamos que era possível buscar recursos orçamentários remanejando prioridades do orçamento municipal.

Porém, acima de tudo, o coletivo da CS considerou que era uma questão de princípio não tomar medidas repressivas contra os trabalhadores, tais como cortar os dias de greve do salário. Para nós, uma administração socialista tinha a obrigação de continuar negociando com os trabalhadores para chegar a um acordo.

Constatando a violação desses pontos de princípio por parte do prefeito, a CS resolveu expressar publicamente sua discordância com essa postura. Nossa posição como organização foi apoiar de forma incondicional a justa greve dos trabalhadores. Com esse propósito, participamos da assembleia dos funcionários para manifestar nossa decisão.

Na plenária seguinte do Conselho Popular, a CS propôs que o conselho deveria votar o apoio à greve dos funcionários municipais. Houve um duro debate com o prefeito, que compareceu à plenária e se empenhou em defender pessoalmente sua posição. No entanto, o conselho votou contra o prefeito, aprovou a proposta da CS e apoiou a greve.

Infelizmente, essa foi a última decisão importante do Conselho Popular de Timóteo. O peso do aparato da prefeitura prevaleceu e o prefeito manteve sua política de punir os grevistas. A greve foi derrotada e em pouco tempo o conselho foi esterilizado e coagido pelo prefeito até se extinguir.

Os secretários da CS no governo publicaram um manifesto a toda a população comunicando as razões de sua ruptura com a administração municipal. Pouco depois, o prefeito exonerou os secretários. Alguns dias mais tarde, o Congresso Nacional ordinário da CS, discutiu o caso e resolveu que a conduta do prefeito era incompatível com nossos princípios e com seu pertencimento à nossa organização e decidiu expulsá-lo.

A experiência de um governo municipal dirigido por uma organização revolucionária durou cerca de sete meses, mas deixou algumas lições importantes que retomaremos ao final.

As limitações do Conselho Popular de Timóteo

Nosso objetivo não é, de forma nenhuma, superestimar a breve experiência de um organismo de uma cidade pequena, mas sim extrair as lições dessa experiência. Por isso é importante assinalar as limitações do Conselho Popular de Timóteo que, em grande medida, determinaram o seu fim.

Primeiro, é importante destacar uma limitação da situação da luta de classes na qual o país se encontrava. Apesar da grande quantidade de greves, da greve geral de 1989, das recentes ocupações da CSN e da Mannesman, não se configurava nenhuma crise revolucionária. Portanto, o conselho nunca constituiu um órgão de duplo poder, ou seja, um órgão de poder dos trabalhadores que confrontasse os organismos do poder burguês. Nós, da CS, éramos plenamente conscientes de que não poderia chegar a constituir esse tipo de organização naquelas circunstâncias.

Segundo, a possibilidade de existência do conselho não foi produto direto de uma luta de massas na cidade. Foi o produto indireto de uma conjuntura nacional de radicalização (o que incluiu algumas greves importantes), mas distorcido por uma eleição municipal dentro do regime democrático-burguês. Isto é, a população depositou o seu voto nas urnas para eleger uma alternativa de esquerda radical, o que tem a sua importância, mas a eleição não foi fruto de uma mobilização direta.

A constituição do Conselho Popular só foi possível porque existiu a iniciativa de uma prefeitura dirigida por uma organização revolucionária. Essa iniciativa foi correta, mas, considerando o quadro da situação da luta de classes daquela época, trouxe uma dependência da administração municipal exagerada. Por outro lado, essa mesma conjuntura facilitou todas as pressões da

burguesia e dos setores reformistas do PT para que o conselho não assumisse um caráter decisório em relação à administração.

Por fim, mas não menos importante, havia pressões do próprio PT nacional e local, mesmo das suas correntes de esquerda como a Democracia Socialista (DS), que refletiam diretamente as pressões da burguesia. Seria uma situação totalmente diferente se todas as prefeituras conquistadas pelo PT impulsionassem a organização de conselhos populares. Nesse sentido, pesou muito o fato de ser um conselho popular de uma pequena cidade isolada do interior.

Por tudo isso, quando foi necessário que o conselho defendesse suas resoluções e sua própria existência, inclusive contra a administração, não havia uma mobilização popular na qual os conselheiros pudessem se apoiar para enfrentar as forças adversas. A luta de classes não se desenvolvera a ponto de despertar nos trabalhadores e nos setores populares a consciência de que deveriam lutar para defender esse organismo.

Não podemos deixar de assinalar ainda que outro fator a considerar era a debilidade da CS na cidade e em geral. Por exemplo, se a CS tivesse uma sólida implantação e algumas dezenas de militantes entre os metalúrgicos e os trabalhadores municipais, poderia ter construído um vínculo mais sólido entre o Conselho Popular, os sindicatos e a base.

Mas não era essa a realidade. A CS tinha começado seu trabalho na região há pouco tempo e recrutado militantes novos, sem experiência, com pouca formação e em setores secundários. É evidente que esse fator subjetivo não teria impedido as condições objetivas que levaram ao fim do Conselho Popular, mas poderia ter prolongado por mais tempo essa experiência, o que não era um fator desprezível.

Algumas conclusões gerais

Sob o risco de repetirmos algumas partes de nossa exposição, pensamos que é necessário resumir nossas conclusões. Antes queremos enquadrar toda a experiência tratada nesse trabalho no contexto da estratégia geral de uma organização socialista revolucionária.

O objetivo fundamental de uma organização como a nossa é conduzir a classe operária a tomar o poder por meio de uma revolução socialista. Ao contrário dos partidos oportunistas de esquerda, não é nosso objetivo principal conquistar posições no aparato do Estado burguês, ou seja, eleger prefeitos, vereadores e deputados.

Isso não significa que uma organização revolucionária deva desprezar a atuação política na democracia burguesa. A III Internacional definia assim a ação parlamentar:

[...] consiste, sobretudo, em usar a tribuna parlamentar com fins de agitação revolucionária, em denunciar as manobras do adversário, em agrupar ao redor de certas ideias as massas que, sobretudo nos países atrasados, consideram a tribuna parlamentar com grandes ilusões democráticas.⁶

E concluía que essa ação “deve ser totalmente subordinada aos objetivos e às tarefas da luta extraparlamentar das massas”.⁷ Essa posição se estendia à participação dos revolucionários nas eleições. A III Internacional afirmava:

A participação nas campanhas eleitorais e a propaganda revolucionária realizada desde a tribuna parlamentar têm um significado particular para a conquista política dos meios operários que, do mesmo modo que as massas trabalhadoras rurais, permaneceram até agora à margem do movimento revolucionário e da política.⁸

⁶ Em “III Internacional Comunista, manifestos, teses e resoluções do II Congresso”. Brasil Debates Editora, vol. 2, 1989, p. 113.

⁷ Idem, Op. cit.

⁸ Idem, Op. cit.

Assim, se elegermos revolucionários, tanto para o parlamento quanto para o Executivo, colocamos esses postos a serviço da luta da classe trabalhadora e dos setores populares e os utilizamos para desmascarar o próprio Estado burguês, seu governo e demais instituições.

Quando a CS ganhou a Prefeitura de Timóteo debatemos de forma intensa, na direção do partido e principalmente entre os militantes do partido em Timóteo, qual seria o objetivo do partido revolucionário na liderança de um governo municipal.

No debate, chegamos à conclusão comum de que os socialistas revolucionários não podiam pretender simplesmente administrar um município dentro de um Estado burguês, por mais que o fizessem no interesse dos setores populares e melhor que todos os governos burgueses anteriores. Apesar de considerarmos a luta por reformas justa e necessária, uma política que tivesse como único ou principal objetivo conseguir estas melhoras seria reformista e criaria confusões e ilusões entre as massas.

Por isso, tomando o espírito e a letra da resolução da III Internacional, das orientações de Trotsky e da nossa experiência concreta, acreditamos que é possível extrair as seguintes lições, que devem ser também o esboço de algumas linhas para a ação nesses casos.

Em primeiro lugar, a estratégia dos revolucionários num governo municipal deve ser a de utilizar esse organismo para atacar, desgastar e confrontar o Estado burguês nacional com o objetivo que a III Internacional assinala: “Toda a ação dos comunistas nas municipalidades deve integrar-se no trabalho geral de desagregação do sistema capitalista.”

Trotsky assinala a mesma coisa com outras palavras e agrega um objetivo quando diz que, nas administrações municipais, os revolucionários devem fazer “tudo o que podem no interesse dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ensinam-lhes a cada passo que, sem a **conquista do poder do Estado, a política municipal é impotente.**”

Essa estratégia se concretiza numa postura política: **uma administração municipal dirigida pelos revolucionários deve constituir uma oposição política implacável, sistemática e pública ao governo nacional burguês de turno.** Não pode haver a menor vacilação neste terreno, nem sob a escusa da possibilidade de repressão, de corte de financiamento estatal, até a possibilidade de cassação do mandato do governo municipal como um todo.

Em segundo lugar, é obrigação dos revolucionários não só colocar o aparato da administração municipal a serviço da mobilização das massas (luta por terra, moradia, meio ambiente etc.) como participar e estimular a luta operária e popular (apoio a greves, ocupações de terras e outras formas de luta). Nosso objetivo é usar o aparato do Estado burguês contra o próprio Estado burguês, fortalecendo a luta das massas em nível regional e nacional, se possível.

Em terceiro lugar, é preciso que a administração dos revolucionários “faça tudo o que pode no interesse dos trabalhadores”, nas palavras de Trotsky, ou se esforce “por todos os meios para servir à parcela mais pobre da população” com medidas econômicas e outras, como recomendava a III Internacional, mas procurando mostrar às massas do município, por meio da agitação, da propaganda e do exemplo, os limites das reformas dentro do Estado burguês e a necessidade da conquista do poder do Estado.

Os três pontos anteriores se sintetizam na política de estimular formas de auto-organização das massas (conselhos populares, assembleias populares ou que nome ou forma de organização venham a tomar), que assumam um caráter resolutivo sobre a gestão municipal e sobre o conjunto das lutas operárias e populares. Essas formas organizativas devem ter um caráter de organismos de mobilização, que mantenham a independência de classe em relação à burguesia e que exerçam a fundo a democracia operária.

Sobre essa última questão da organização das massas, não é demais ressaltar um argumento a favor da necessidade de uma política e medidas para concretizá-la. Se os revolucionários tiveram suficiente força e prestígio para ganhar eleições burguesas em uma determinada cidade, não há justificativa possível (salvo mudanças na situação da luta de classes) para que não possam estimular a formação de algum tipo de organismo representativo que cumpra o papel de mobilizador e educador coletivo das massas e da vanguarda local na gestão do município e em todos os aspectos anteriores.

É evidente que uma política desse tipo teria alcance muito maior se tivesse sido implementada por um grande partido de massas como o PT, que havia conquistado grandes prefeituras, entre elas São Paulo, a maior do país. Uma política nacional de construir conselhos populares teria constituído no mínimo uma poderosa campanha de agitação e educação de massas a favor da desagregação do sistema capitalista.

A existência de conselhos populares nas principais capitais do país teria mobilizado dezenas de milhares de ativistas sindicais e populares, ansiosos para se

mobilizarem pela solução dos grandes problemas da população e incrementado de forma qualitativa seu nível de organização e participação democrática.

A existência de organismos desse tipo teria acelerado a experiência das massas com o governo nacional e com as instituições do Estado burguês e teria sido uma escola de mobilização e organização dos trabalhadores e do povo, em forma independente e democrática.

A direção do PT, contudo, já tinha tomado sua decisão. Justamente para evitar esse “perigo”, optou por abandonar qualquer iniciativa nesse sentido e tomou o rumo oposto. Tomou o caminho da conciliação de classes e da subordinação ao Estado e ao regime político burguês. Assim, deixou explícito para a burguesia nacional e imperialista que a sua estratégia era a defesa contrarrevolucionária do sistema capitalista, disfarçada sob algumas reformas cosméticas, e seu papel era o de servidor fiel das classes dominantes.

Mais de 30 anos depois, principalmente sob a luz do estrepitoso fracasso dos quatro governos nacionais do PT em aliança com toda a fauna de partidos da direita burguesa, podemos concluir que havia uma alternativa coerente, de independência de classe, revolucionária, ao chamado “modo petista de governar”.

Esse último não passou de uma versão requeitada da velha política de Frente Popular, ou seja, de um governo de colaboração de classes com a burguesia cujas primeiras experiências foram desenvolvidas pelos mencheviques e pela social-democracia depois da Primeira Guerra Mundial. Elas adquiriram forma e fundamentação em 1935, no VII Congresso da III Internacional, já dominada pelo stalinismo.

Dessa data em diante, as alianças com a burguesia que chamam de progressista ou a teoria dos “campos progressistas” (formado por uma aliança entre as organizações operárias e populares com o setor supostamente progressista da burguesia para enfrentar o “campo reacionário”) passou a ser o mantra de todas as organizações oportunistas para justificar a colaboração com o inimigo de classe. O PT não fez mais que adaptar essa política para o Brasil.

A questão-chave: o papel do partido revolucionário e da Internacional

Por último, mas de fato o mais importante, o problema central para que os revolucionários possam encarar a difícil tarefa de atuar no campo do inimigo, isto é, no interior das instituições do Estado burguês, é o problema de

como o partido revolucionário nacional e a Internacional orientam, apoiam, controlam e se constroem antes, durante e após a gestão municipal. É preciso destacar o papel do partido revolucionário e da Internacional em relação a vários aspectos.

O primeiro deles é o acompanhamento e a orientação política do partido revolucionário nacional e da Internacional quando uma regional e uma seção nacional se encontram diante de um desafio desse tipo. Essa atenção se torna mais necessária quando se trata de um tema sobre o qual temos pouca experiência histórica.

O segundo aspecto é o controle estrito, rigoroso e permanente sobre os militantes do partido que fazem parte da administração municipal, inclusive sobre os salários recebidos, como recomendava a III Internacional para todos os militantes que tinham postos parlamentares e executivos e, portanto, estavam submetidos às tremendas pressões oportunistas do aparelho do Estado burguês.

Em Timóteo, a CS discutia cada orientação geral da administração municipal e as principais decisões e passos da administração municipal nos organismos do partido, em primeiro lugar no comitê de direção regional, e também em todos os núcleos de base.

Por último, a tarefa mais importante é a construção do partido revolucionário na cidade e em nível nacional como fruto do reflexo de uma política revolucionária correta para o município. Isso deve acarretar um crescimento da influência política da organização.

No caso de Timóteo, houve uma dedicação especial de alguns quadros à construção da CS, o que levou a um crescimento rápido. Infelizmente, esse crescimento rápido, em grande parte impulsionado pela conquista da prefeitura, foi interrompido pelo duro golpe que significou a ruptura do prefeito e o fim do Conselho Popular. Isso não permitiu a consolidação e a formação dos novos militantes

A experiência do Conselho Popular de Timóteo foi derrotada e com ela foram derrotados os trabalhadores e os setores populares da cidade e da região. A CS sofreu os impactos dessa derrota em nível local. No entanto, isso não invalida, de forma alguma, a proposta e os princípios de organização do conselho e a estratégia revolucionária defendida pela CS para a administração municipal.

Ao contrário, confirma-se pela negativa que se a luta revolucionária dos trabalhadores não avança para a luta revolucionária para tomar o poder, destruir o Estado burguês e construir seu próprio Estado operário, estarão condenados a ser derrotados pela burguesia e mantidos sob a escravidão do capital que conduz a humanidade à barbárie. Essa é a dinâmica implacável da luta de classes que os oportunistas tentam mascarar.

Por isso, muito mais importantes do que essa derrota parcial e temporária foram e são as conclusões políticas e teóricas que podem ser extraídas dessa iniciativa. Em nível nacional, a CS utilizou na época o exemplo de Timóteo, em especial a experiência do Conselho Popular, como um importante elemento de propaganda e de polêmica com as posições reformistas da direção do PT. Essas são as lições que permanecem e podem ser utilizadas pelas gerações atuais e futuras mesmo depois de passados mais de 30 anos.

Apêndice

**VAMOS
GOVERNAR
TIMÓTEO COM
CONSELHO
POPULAR**



Editado pela Secretaria de Comunicação Social

Coordenação artística: Torre de Babel Produções Artísticas Ltda.

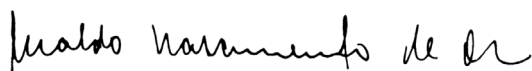
Ilustrações: Rolam

Impressão: Gráfica Lajinhense

Quando assumi a Prefeitura Municipal fiz a opção corajosa de governar com a ampla participação da classe trabalhadora e do povo em geral. Assim, convoco os trabalhadores, as donas de casa, os aposentados, Enfim, todos os moradores de Timóteo a se utilizarem desse direito que sempre lhes foi negado: O DIREITO DE DECIDIR SOBRE OS RUMOS DE NOSSA CIDADE.

O Conselho Popular será a base deste verdadeiro governo de trabalhadores e do povo.

Acredito que estamos dando apenas um passo na luta por melhores condições de Vida e por uma sociedade mais justa.

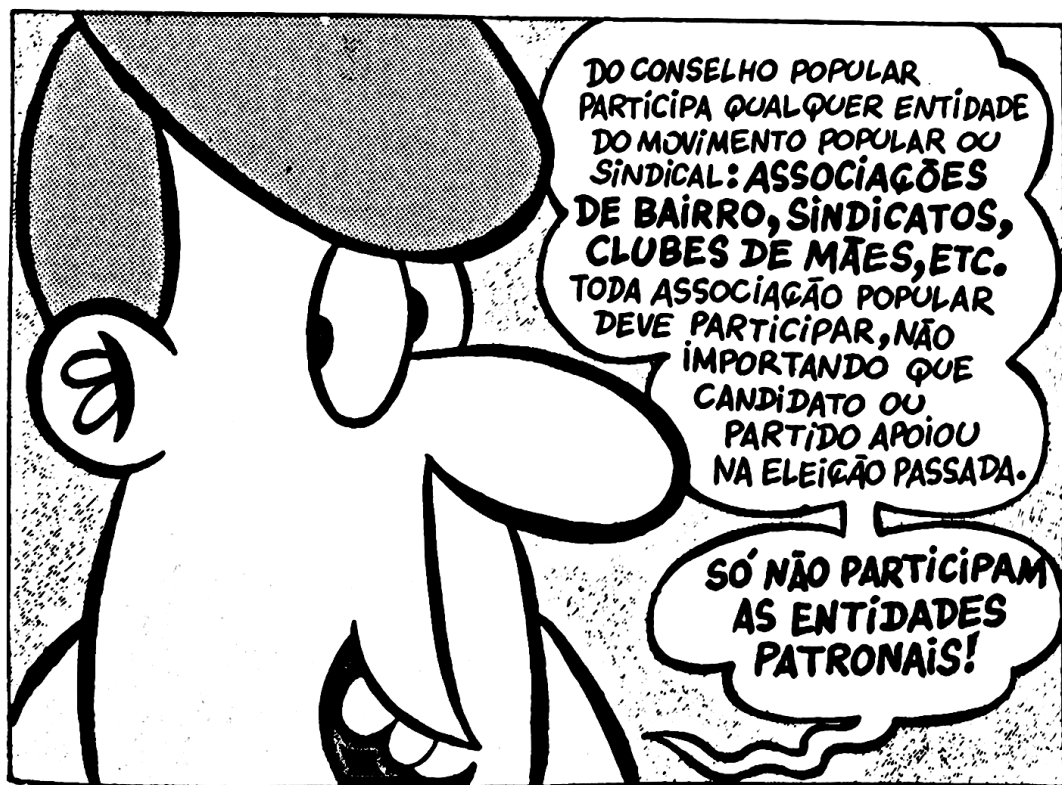


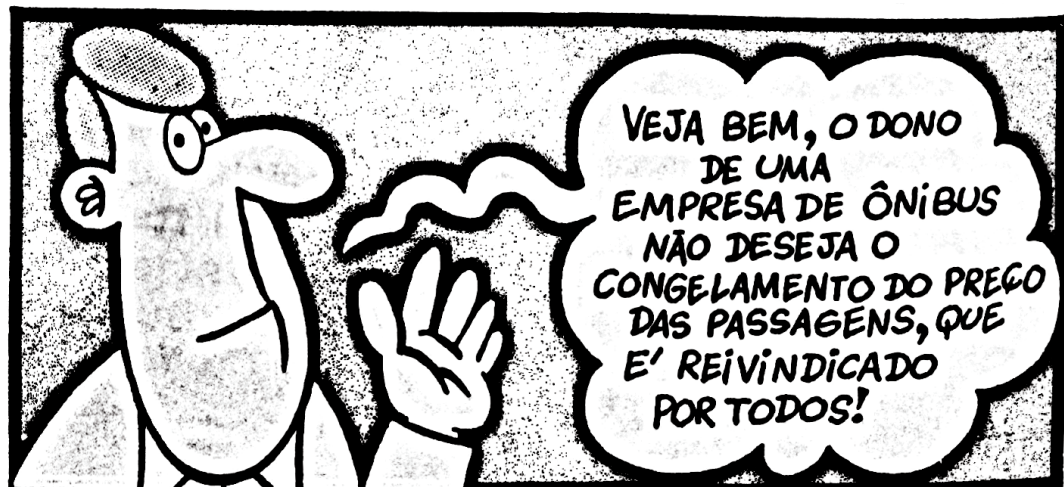
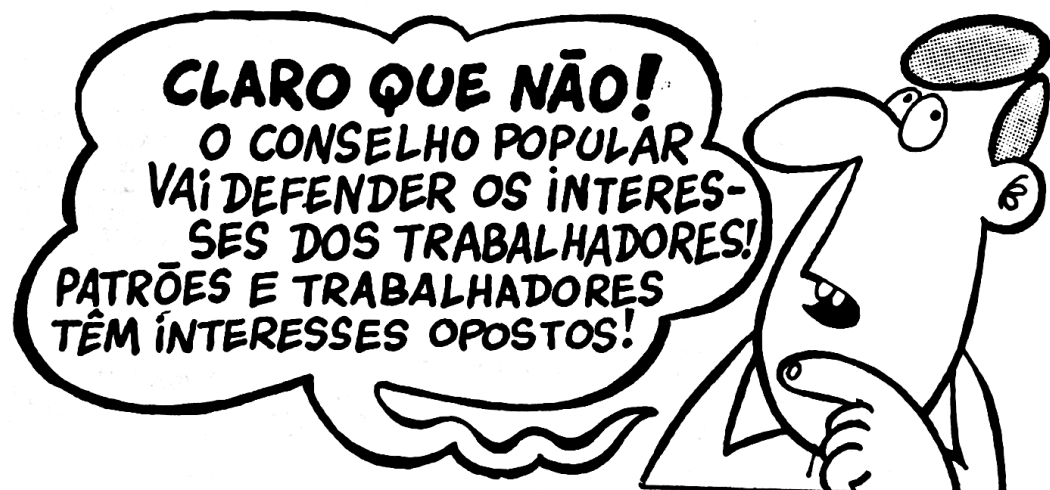
GERALDO NASCIMENTO
Prefeito Municipal



















**TAÍ,
SE A PREFEITURA
ESTA' ABRINDO AS PORTAS
PARA A PARTICIPAÇÃO
DO POVO NA ADMINISTRAÇÃO,
TODOS DEVEM
PARTICIPAR COM TUDO!**

**E' ISSO AÍ!
VAMOS TODOS
PARTICIPAR
DAS ASSEMBLÉIAS CON-
VOCADAS PELAS
ASSOCIAÇÕES DE MORA-
DORES E DOS SINDICA-
TOS, PARA AJUDARMOS A
DECIDIR O FUTURO DE
TIMÓTEO!**



CONSELHO POPULAR: PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PETISTA

- **CONSELHO POPULAR: objetivos**

O Conselho será um instrumento de defesa dos interesses da população. Será a base de um verdadeiro governo dos trabalhadores e neste sentido será um organismo que permitirá a participação direta do povo nas decisões da administração petista.

- **CONSELHO POPULAR: Um Instrumento de Luta**

O Conselho será uma entidade de mobilização dos trabalhadores e do povo em defesa das suas reivindicações e contra os seus inimigos.

- **UM CONSELHO DELIBERATIVO**

Na administração petista o Conselho decide e faz valer a sua vontade (que é a do povo) sobre a própria administração e outros órgãos.

- **PARTICIPAM ENTIDADES DOS TRABALHADORES E POPULARES EM GERAL**

Do Conselho participarão todas as Entidades do Movimento Popular e Sindical do Município, ou seja, as entidades classistas que representam o povo trabalhador de Timóteo, tais como: Associações de Bairro, Sindicatos, Clubes de Mães, etc.

- **FORTALECER AS ENTIDADES EXISTENTES**

O Conselho Popular será baseado nas entidades populares que já estão funcionando e que tem destacada atuação no Movimento Popular e Sindical do Município (Associações de Bairro, Sindicatos, Clubes de Mães, etc).

- **CONSELHEIROS ELEITOS PELA BASE**

Todos os membros do Conselho serão eleitos diretamente pela Base em Assembleias Populares das entidades que o compõem (Associações de Bairro, Sindicatos, etc).

- **MANDATO REVOGÁVEL**

Todos os conselheiros poderão ser substituídos pela comunidade a qualquer momento se não estiverem desempenhando suas funções a contento. Esta substituição se daria da mesma forma que a eleição do conselheiro, isto é, por meio da Assembleia Popular que o elegeu.

- **TRABALHO INTEGRADO COM A CÂMARA DE VEREADORES E A ADMINISTRAÇÃO**

O Conselho Popular trabalhará juntamente com a Administração e a Câmara de Vereadores, funcionando como um canal de ligação direta entre a comunidade, os vereadores e o prefeito Geraldo Nascimento.

*O Governo Federal está pretendendo privatizar a Companhia
Acesita como parte do seu plano de entrega do nosso país às
multinacionais, para pagar a dívida externa.*

*Se a privatização acontecer, vai haver muito desemprego, os salários
serão desvalorizados ainda mais, vão-se anular as conquistas
dos trabalhadores e isso tem a ver com toda a cidade!
A luta contra a privatização da Companhia Acesita é um aluta
de todo o povo de Timóteo!*

*Será uma importante tarefa do Conselho Popular mobilizar todos os
trabalhadores e o povo em geral, para lutar contra a privatização da
Companhia Acesita.*



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE TIMÓTEO**

**UM GOVERNO DE TRABALHADORES
PARA OS TRABALHADORES**

AUTOR:

Bernardo Cerdeira é dirigente do PSTU, jornalista e colaborador do jornal Opinião Socialista. Na década de 80 foi assessor de sindicatos e participou da Administração Municipal de Timóteo como assessor da Secretaria de Comunicação. Foi um dos coordenadores do Conselho Popular.

“TODO O PODER AOS SOVIETES”



Homenagem aos 103 anos da Revolução Russa

*Para composição deste texto, foi usada a fonte Palatino Regular,
corpo 10pt, com entrelinhas de 12 pt., e nos títulos, a fonte Palatino Bold,
corpo 30 pt com entrelinhas 30 pt*



Editora José Luís e Rosa Sundermann
Avenida Nove de Julho, 925 – Bela Vista – São Paulo – SP
CEP 01313-000 – Brasil - 55 11 4304-5801

vendas@editorasundermann.com.
www.editorasundermann.com.br